

ESP-PRESÍDIO DA POL.MIL. ´ROMAO GOMES´ (PMRG)

Termo de Referência 38/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
38/2025	180323-ESP-PRESÍDIO DA POL.MIL. ´ROMAO GOMES´ (PMRG)	WILLIAN FERNANDO PEREIRA	16/03/2026 17:17 (v 0.12)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		SEI Nº 057.00332848/2025-98

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de gêneros alimentícios nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE MEDIDA	QTD TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	<p>Café Torrado e Moído – Tradicional</p> <p>torrada classica, moagem média, intensidade 8 (a informação da intensidade deve obrigatoriamente estar impressa na embalagem); constituído de cafe ate tipo 2 a 8 na classificacao oficial brasileira-cob; nível de qualidade global aceitavel minima de 5 ou superior na classificação abic (associação brasileira da insdustria de café); deve possuir certificado de pureza e qualidade da abic para café tradicional; bebida variando de mole a rio, excluindo-se o gosto riozona; com um maximo de 20% de defeitos pretos, verdes e ardidos e ausencia de graos pretos-verdes e fermentados; admitindo-se graos de safras passadas, robusta conillon;</p>	618302/5668859	Embalagem a vácuo 250g/ 332	400	R\$ 20,79	R\$ 8.316,00

	desde que o gosto nao seja pronunciado e preponderante; ponto de torra moderadamente escuro a medio claro; ; impurezas (cascas e paus) em g/100g maxima de 1%; e umidade em g/100g maxima de 5%; obedecendo resolucao saa-19, de 05/04/2010; com embalagem primaria alto vacuo (tijolinho) e embalagem secundaria caixa de papel cartao; rotulagem impressa na embalagem secundaria; nao sendo tolerada a presenca de etiqueta auto adesiva com a descricao do produto; validade minima na data da entrega de 15 meses; devendo obedecer as exigencias das res. saa-28 de 01/06 /2007, rdc 277/05, rdc 259/02, rdc 07/11, rdc 14/14 e alteracoes posteriores;					
02	Leite UHT (ultra high temperature) integral , longa vida, envasado em embalagem cartonada tipo Tetra Pak, Teor de gordura: mínimo de 3%, validade mínima 60 dias, registro no MAPA.	445995/ 1484044	Caixa 1 Litro/ 37	160	5,16	825,60
03	Açúcar Refinado , obtido a partir do caldo da cana de acucar; com aspecto, cor e odor caracteristicos e sabor doce; nao podendo apresentar sujidades, parasitas e larvas; embalagem primaria plastica atoxica devidamente lacrada; com validade minima de 10 meses na data da entrega; e suas condicoes deverao estar de acordo com a resolucao rdc 271/05, rdc 12 /01, rdc 259/02, rdc 360/03 e alteracoes posteriores; produto sujeito a verificacao no ato da entrega aos proced. adm. determinados pela anvisa.	463998/ 4428692	Embalagem 1 Quilograma/ 404	70	4,7567	332,96
04	Biscoito Salgado , Sabor: Queijo , Características Adicionais: formato sortidos, sem Recheio, com textura crocante, com validade minima de 06 meses na data da entrega.	227481/ 4519434	Embalagem 500 grama /187	180	8,5567	1.540,20
05	Adoçante Aspecto Físico: Líquido , Ingredientes: Estévia , Prazo	295546/ 4620054	Frasco 80ml/ 761	80	14,51	1.160,80

	Validade: 3 ANOS, Tipo: Dietético , Características Adicionais: Bico Dosador					
06	Biscoito Amanteigado , Sabor: Leite, Ingredientes: Farinha De Trigo, Manteiga, Açúcar	625251/ 4577515	Embalagem 335gr/ 828	200	8,79	1.758,00
07	Margarina Cremosa , com sal, Feita com fórmula exclusiva Q-Mix, Óleos e gorduras vegetais totalmente hidrogenadas e interesterificadas, água, sal, leite em pó desnatado, soro de leite em pó, maltodextrina, vitaminas b (b1, b6 e b12), vitamina A, selênio, emulsificantes: lecitina de soja e mono e diglicerídeos de ácidos graxos, conservador: sorbato de potássio, aromatizante: aroma idêntico ao natural, acidulante: ácido cítrico, antioxidantes: tbhq e edta cálcico dissódico, corante: beta caroteno, vitaminas, ômega 3 e selênio.	616858/ 4595777	Embalagem 500gr/ 490	100	10,2233	1.022,33
TOTAL						14.955,90

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias contados da assinatura da Nota de Empenho pelo Dirigente, sem prorrogação na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.6. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Café Torrado e Moído – Tradicional: Café 100% selecionado – blend, torrado no ponto ideal, torra média, moagem média, sabor encorpado, equilibrado e aroma de caramelo tostado. Adequado para preparo em coador de papel, pano ou cafeteira elétrica;

3.1.2. Torra: média, intensidade 8 (a intensidade deve obrigatoriamente estar impressa na embalagem);

3.1.3. Classificação: café até tipo 2 a 8 na Classificação Oficial Brasileira – COB;

3.1.4. Nível de qualidade global mínimo 5 ou superior, conforme classificação ABIC (Associação Brasileira da Indústria de Café);

3.1.5. Deve possuir Certificado de Pureza e Qualidade da ABIC para café tradicional;

3.1.6. Bebida variando de mole a rio, excluindo-se o gosto riozona;

3.1.7. Máximo de 20% de defeitos (pretos, verdes e ardidos) e ausência de grãos pretos-verdes e fermentados;

3.1.8. Admite-se a presença de grãos de safras passadas, inclusive robusta/conilon, desde que o gosto não seja pronunciado e preponderante;

3.1.9. Ponto de torra: moderadamente escuro a médio claro;

3.1.10. Impurezas (cascas e paus): máximo 1 g/100 g;

3.1.11. Umidade: máximo 5 g/100 g;

3.1.12. Deve atender à Resolução SAA-19/2010 e às RDCs nº 277/2005, 259/2002, 07/2011 e 14/2014 e alterações posteriores;

3.1.13. Embalagem primária: a vácuo (alto vácuo), no formato “tijolinho”, preservando frescor e aroma;

3.1.14. Embalagem secundária: caixa de papel cartão resistente, contendo as unidades do produto, adequada para transporte, armazenamento e empilhamento;

3.1.15. Rotulagem: impressa diretamente na embalagem secundária, vedada a utilização de etiquetas autoadesivas;

3.1.16. Peso líquido: 250 g;

3.1.17. Validade mínima: 12 meses a contar da data de entrega;

3.1.18. Registro: produto devidamente registrado no MAPA e em conformidade com as normas da ANVISA;

3.1.19. Informação adicional: não contém glúten.

3.2. Leite UHT Integral – Longa Vida: Leite integral, pasteurizado pelo processo UHT (ultra high temperature), envasado em embalagem cartonada tipo Tetra Pak;

3.2.1. Teor de gordura: mínimo de 3%;

3.2.2. Validade: mínima de 60 dias a contar da data de entrega;

3.2.3. Registro: produto registrado no MAPA;

3.2.4. Embalagem: caixa 1 litro.

3.3. Açúcar Refinado: Açúcar do tipo refinado, coloração branca, adequado para consumo diário.

3.3.1. Peso líquido conforme especificação do edital: 1 kg .

3.3.2. Embalagem primária plástica, atóxica, resistente e devidamente lacrada;

3.3.3. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, lote, data de fabricação e prazo de validade;

3.3.4. Validade mínima de 12 (doze) meses na data da entrega;

3.3.5. Produto em conformidade com as normas da ANVISA e demais legislações sanitárias vigentes;

3.4. Biscoito Salgado: sabor queijo, formato sortido, sem recheio, com textura crocante e sabor característico. Deverá ser produzido com matérias-primas de primeira qualidade, isento de sujidades, parasitas e larvas, acondicionado em embalagem original do fabricante, íntegra e devidamente lacrada, contendo identificação do produto, marca do fabricante, lote, data de fabricação e prazo de validade.

3.4.1. Validade mínima de **06 (seis) meses** a contar da data de entrega.

3.5. Adoçante Aspecto Físico: Líquido , Ingredientes: Estévia ,

3.5.1. Validade: 3 ANOS,

3.5.2. Tipo: Dietético ,

3.5.3. Características Adicionais: Bico Dosador;

3.6. Biscoito Amanteigado, Sabor: Leite, Ingredientes: Farinha De Trigo, Manteiga, Açúcar.

3.6.1. Embalagem primária íntegra, atóxica, lacrada e resistente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, lote, data de fabricação e prazo de validade;

3.6.2. Validade mínima de 06 (seis) meses na data da entrega;

3.6.3. Produto deve atender às normas da ANVISA e demais legislações sanitárias vigentes;

3.6.4. Peso líquido conforme embalagem comercial do fabricante (300g).

3.7. Margarina Cremosa, com sal, Feita com fórmula exclusiva Q-Mix, Óleos e gorduras vegetais totalmente hidrogenadas e interesterificadas, água, sal, leite em pó desnatado, soro de leite em pó, maltodextrina, vitaminas b (b1, b6 e b12), vitamina A, selênio, emulsificantes: lecitina de soja e mono e diglicerídeos de ácidos graxos, conservador: sorbato de potássio, aromatizante: aroma idêntico ao natural, acidulante: ácido cítrico, antioxidantes: tbhq e edta cálcico dissódico, corante: beta caroteno, vitaminas, ômega 3 e selênio.

3.7.1. Teor de lipídios conforme padrão do fabricante, devendo constar no rótulo;

3.7.2. Isenta de sujidades, matérias estranhas ou qualquer substância imprópria ao consumo;

3.7.3. Embalagem primária plástica, atóxica, resistente e devidamente lacrada;

3.7.4. Rótulo contendo identificação do produto, marca do fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade e informações nutricionais;

3.7.5. Validade mínima de 04 (quatro) meses na data da entrega;

3.7.6. Produto em conformidade com as normas da ANVISA e demais legislações sanitárias vigentes;

3.7.7. Peso líquido conforme embalagem comercial (500g).

4. Requisitos da contratação

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. contratação observará práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica, conforme o art. 7º, inciso II, da IN nº 40 /2020, priorizando:

4.1.1. Utilização de embalagens recicláveis ou biodegradáveis, em papel cartão certificado e,

4.1.2. Redução de materiais plásticos de uso único e estímulo ao descarte adequado, conforme a Lei nº 12.305/2010 (PNRS);

Da exigência de amostra

4.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar poderá, a critério da administração, apresentar amostra. A data, local e horário de realização do procedimento de avaliação divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3. Poderá ser exigida amostra do seguinte item:

4.3.1. **Café Torrado e Moído – Tradicional:** torrada clássica, moagem média, intensidade 8 (a informação da intensidade deve obrigatoriamente estar impressa na embalagem); constituído de café tipo 2 a 8 na classificação oficial brasileira-cob; nível de qualidade global aceitável mínima de 5 ou superior na classificação abic (associação brasileira da indústria de café); deve possuir certificado de pureza e qualidade da abic para café tradicional; bebida variando de mole a rio, excluindo-se o gosto riozona; com um máximo de 20% de defeitos pretos, verdes e ardidos e ausência de grãos pretos-verdes e fermentados; admitindo-se grãos de safras passadas, robusta conillon; desde que o gosto não seja pronunciado e preponderante; ponto de torra moderadamente escuro a médio claro; ; impurezas (cascas e paus) em g/100g máxima de 1%; e umidade em g/100g máxima de 5%; obedecendo resolução SAA-19, de 05/04/2010; com embalagem primária alto vácuo (tijolinho) e embalagem secundária caixa de papel cartão; rotulagem impressa na embalagem secundária; não sendo tolerada a presença de etiqueta auto adesiva com a descrição do produto; validade mínima na data da entrega de 15 meses; devendo obedecer às exigências das res. SAA-28 de 01/06/2007, RDC 277/05, RDC 259/02, RDC 07/11, RDC 14/14 e alterações posteriores.

4.4. A(s) amostra(s) poder[á(ão)] ser entregue(s) no endereço Avenida Tenente Julio Prado Neves, 451 - Vila Albertina, São Paulo /SP, no prazo limite de 05 (cinco) dias, sendo que o fornecedor assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.5. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.6. No caso de não haver entrega da(s) amostra(s) ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra(s) fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.7. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.7.1. Itens (01): Café torrado e moído, tipo tradicional ou superior, destinado ao preparo por filtração (coador/filtro), devendo apresentar padrão de qualidade compatível com marcas amplamente comercializadas no mercado nacional, vedada a indicação de marca específica, admitindo-se produto equivalente ou de melhor qualidade.

4.7.1.1. Constituído de café classificado até Tipo 2 a 8, conforme Classificação Oficial Brasileira – COB;

- 4.7.1.2. Nível de qualidade global mínimo 5 (cinco) pontos ou superior, conforme metodologia da ABIC – Associação Brasileira da Indústria de Café;
- 4.7.1.3. Possuir Certificado de Pureza ABIC válido na data da entrega ou comprovação equivalente de qualidade reconhecida nacionalmente;
- 4.7.1.4. Intensidade mínima 8 (escala do fabricante), devendo a informação constar obrigatoriamente impressa na embalagem primária;
- 4.7.1.5. Torra clássica ou tradicional, com ponto variando de médio claro a moderadamente escuro;
- 4.7.1.6. Moagem média, adequada para preparo em filtro/coador;
- 4.7.1.7. Bebida variando de mole a rio, excluindo-se gosto riozona;
- 4.7.1.8. Máximo de 20% de defeitos (pretos, verdes e ardidos), com ausência de grãos preto-verdes e fermentados;
- 4.7.1.9. Admitida a presença de grãos de safras passadas e espécie robusta/conillon, desde que não comprometa o sabor, não sendo permitido gosto pronunciado ou predominante;
- 4.7.1.10. Impurezas (cascas e paus) no máximo 1% (g/100g);
- 4.7.1.11. Umidade máxima de 5% (g/100g);
- 4.7.1.12. Embalagem primária tipo alto vácuo (“tijolinho”) ou tecnologia equivalente que assegure conservação do aroma e características sensoriais;
- 4.7.1.13. Embalagem secundária em caixa de papel cartão, com identificação impressa diretamente na embalagem, não sendo admitida etiqueta autoadesiva para descrição do produto;
- 4.7.1.14. Validade mínima de 15 (quinze) meses na data da entrega;
- 4.7.1.15. Atendimento integral às normas vigentes, incluindo Resoluções SAA-19/2010 e SAA-28/2007, RDC nº 277/2005, RDC nº 259/2002, RDC nº 07/2011, RDC nº 14/2014 e demais legislações sanitárias aplicáveis, bem como suas atualizações.

4.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.9. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.10. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.11. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Garantia da contratação

4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias contados do recebimento da Nota de Empenho pelo adjudicatário, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (Dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Tenente Júlio Prado Neves, 451 - Vila Albertina, São Paulo - SP, 02370-000.

Garantia, manutenção e assistência técnica.

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na

solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 4 (quatro) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da

realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do

fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Outras comprovações

8.23. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.23.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.23.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.23.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.23.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.23.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 14.955,90

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 14.955,90 (quatorze mil novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WILLIAN FERNANDO PEREIRA

2º Ten PM Chefe do Setor de Logística



Assinou eletronicamente em 05/03/2026 às 16:12:25.

MARCAL RICARDO RAZUK

Ten Cel - Dirigente



Assinou eletronicamente em 16/03/2026 às 17:17:10.